



CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova prático-profissional.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e prático-profissional é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova prático-profissional, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência nacionais, que

- (A) essa ação constitucional se presta a atuar como instrumento de desconstituição da autoridade da coisa julgada em sentido material, se inserindo no seu campo de abrangência atos jurisdicionais, desde que impregnados dos atributos que qualificam a *res judicata*.
- (B) é meio idôneo para processar questões controvertidas derivadas de normas secundárias e de caráter tipicamente regulamentar, tais como decretos, instruções normativas e portarias expedidas por autoridades administrativas.
- (C) nas ações de índole abstrata, as quais, por definição, não tratam de fatos concretos, não se deve, como regra, cogitar de conexão, dependência ou prevenção relativamente a outros processos ou julgadores.
- (D) não é lícito conhecer de ação direta de inconstitucionalidade como arguição de descumprimento de preceito fundamental, ainda que coexistentes todos os requisitos de admissibilidade desta e seja caso de inadmissibilidade daquela.
- (E) podem ser alcançados, pela eficácia suspensiva de liminar concedida em arguição de descumprimento de preceito fundamental, os efeitos de sentenças transitadas em julgado ou convalidados por lei superveniente.

02. Sobre as chamadas “regiões metropolitanas”, é correto afirmar que

- (A) se trata de conceito geopolítico, sem correspondente jurídico-positivo, sendo a sua eventual referência em lei um mero reconhecimento de uma situação de fato.
- (B) são criadas mediante plebiscito das respectivas populações que compõem o território metropolitano, posteriormente ratificado por deliberação de cada um dos poderes legislativos locais.
- (C) são equivalentes jurídicos dos chamados “consórcios públicos”, sendo estruturados na forma de fundações de direito público ou autarquias especiais multigovernamentais, dotadas de orçamento e patrimônio próprio.
- (D) apenas podem ser reconhecidas em lei quando o seu território englobar população mínima de 20 (vinte) milhões de habitantes e houver, entre os municípios limítrofes ou não, compartilhamento de infraestrutura em áreas como transportes, energia ou saneamento.
- (E) são instituídas pelos estados, mediante lei complementar, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum de agrupamento de municípios limítrofes.

03. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), é correto afirmar, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) o modelo federal de criação e instauração das CPIs constitui matéria a ser compulsoriamente observada pelas casas legislativas estaduais.
- (B) a instalação da CPI depende de deliberação plenária, seja da Câmara, do Senado ou da assembleia legislativa, conforme o caso.
- (C) o regimento da respectiva casa parlamentar poderá, por se tratar de questão “interna corporis”, estabelecer requisitos adicionais em relação aos previstos no art. 58 da Constituição Federal para instalação de CPI.
- (D) as CPIs não possuem permissão legal para encaminhar relatório circunstanciado a outros órgãos públicos para além do Ministério Público e da AGU.
- (E) é facultado às CPIs, por contarem com poderes de autoridade judicial, praticar atos sobre os quais incide a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, como a busca e apreensão domiciliar.

04. O Presidente da República adotou medida provisória com o objetivo de reformar a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Para tanto, a medida provisória modificou lei até então vigente que dispunha sobre o mesmo tema. Antes, porém, da conversão em lei da referida medida provisória, esta foi objeto de questionamento judicial.

Sobre a situação hipotética descrita, é correto afirmar, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que

- (A) é vedada a edição de medida provisória sobre o tema relativo à organização da administração pública, de maneira que a iniciativa deve ser considerada inconstitucional.
- (B) a medida provisória, em face do seu caráter transitório e precário, enquanto não convertida em lei, não revoga a lei anterior, mas apenas suspende seus efeitos no ordenamento jurídico.
- (C) a conversão de medida provisória em lei prejudica o debate jurisdicional sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais de admissibilidade dessa espécie normativa.
- (D) a conversão em lei da medida provisória, ainda que sem modificação do seu texto, convalida eventuais vícios nela existentes, impedindo o reconhecimento de eventual irregularidade material no mesmo processo.
- (E) o pressuposto de relevância e urgência na edição de medida provisória compõe o âmbito normal de apreciação da discricionariedade administrativa do Presidente da República pelo Poder Judiciário, cabendo, assim, a este a avaliação ordinária quanto à sua adequação.

05. João da Silva é jornalista de formação e atualmente exerce mandato de deputado estadual, tendo sido eleito com plataforma liberal a favor da privatização de todas as empresas estatais controladas pelo Estado X. Em sessão do plenário da Assembleia Legislativa, João da Silva faz contundente discurso, baseado em notícias veiculadas no principal jornal local e colhidas junto a outras fontes de sua confiança, contra supostos casos de corrupção envolvendo instituição financeira controlada pelo Estado. João da Silva usa os supostos casos como justificativa para a defesa da imediata privatização da instituição. No mesmo dia, o preço das ações da instituição na bolsa de valores sofre forte desvalorização, a qual os principais analistas de mercado atribuem ao discurso realizado pelo parlamentar. Alguns dias após o discurso, João da Silva é acionado judicialmente pelos diretores da instituição financeira, os quais alegam prejuízos à sua imagem, e por investidores da instituição, os quais se insurgem contra as perdas no valor das suas ações também provocadas pelo discurso. Durante o curso das ações judiciais, descobre-se que as acusações de corrupção divulgadas inicialmente na imprensa local eram todas infundadas.

Com base na situação hipotética e na legislação brasileira, é correto afirmar que

- (A) ao pautar-se por suspeitas divulgadas pela imprensa, as quais, como jornalista, João da Silva teria condições de suspeitar serem passíveis de desconfirmação futura, o parlamentar assumiu o risco de causar danos à imagem e à intimidade de terceiros, devendo, por isso, ser responsabilizado.
- (B) João da Silva poderá ser obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em relação às suspeitas de corrupção que foram suscitadas em seu pronunciamento em plenário, bem como sobre as pessoas que lhe confiaram informações para a elaboração do discurso.
- (C) embora a atividade jornalística seja incompatível com atividade política, João da Silva não poderá ser alcançado por qualquer forma de responsabilização civil ou penal, uma vez que a imunidade material de parlamentares por suas opiniões e manifestações se afigura como absoluta.
- (D) eventual desconformidade entre o que foi veiculado na imprensa e a real situação da instituição financeira não se sobrepõe à imunidade parlamentar, que afasta a responsabilidade civil ou penal de João da Silva, pois a imunidade tem o objetivo de preservar o exercício do mandato sem intimidações de qualquer ordem.
- (E) João da Silva não está sujeito a qualquer tipo de sanção pela sua conduta em virtude de ser jornalista de ofício e gozar, portanto, da proteção constitucional à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão.

06. Sobre a fiscalização do Município exercida pelo Poder Legislativo Municipal, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que

- (A) será exercida com o auxílio dos tribunais de contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.
- (B) trata-se de hipótese de controle interno da Administração Pública, o qual se opõe ao controle externo exercido pelos tribunais de contas, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- (C) o parecer técnico elaborado pelos tribunais de contas respectivamente competentes para o acompanhamento dos municípios tem natureza vinculante.
- (D) é cabível o julgamento ficto das contas prestadas pelo Poder Executivo por decurso de prazo sem análise pelo Poder Legislativo.
- (E) é constitucional dispositivo de Constituição Estadual que dispense apresentação de parecer prévio sobre as contas de chefe do Poder Executivo municipal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

07. O consórcio público com personalidade jurídica de direito privado

- (A) integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, a partir da vigência das leis de ratificação do respectivo protocolo de intenções.
- (B) observará as normas de direito público relativas à licitação e celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) será financiado exclusivamente por meio de contrato de rateio, formalizado em cada exercício financeiro, com prazo de vigência coincidente com o plano plurianual, abrangendo despesas genéricas, transferências e operações de crédito.
- (D) está sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas da União, devendo ser observadas, na execução das receitas e despesas do consórcio público, as normas de direito financeiro aplicáveis às entidades privadas.
- (E) não poderá firmar convênios, contratos ou acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo, tampouco ser contratado pela administração direta dos entes da federação consorciados.

- 08.** Nas parcerias de que trata a Lei Federal nº 13.019/14, celebradas entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, é vedada, em qualquer hipótese, a transferência de recursos financeiros do ente público para realização de despesas com
- (A) pagamento de servidor ou empregado público, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (B) custos indiretos necessários à execução do objeto, em qualquer proporção, em relação ao valor total da parceria.
 - (C) publicidade, inclusive de caráter educativo, informativo ou de orientação social.
 - (D) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil.
 - (E) aquisição de equipamentos e materiais permanentes, e execução de serviços de adequação de espaço físico necessários à respectiva instalação.
- 09.** Em processo administrativo disciplinar, aplica-se atualmente o seguinte entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça:
- (A) é obrigatória a presença de advogado no processo administrativo disciplinar, sob pena de nulidade do procedimento.
 - (B) é vedada a prova emprestada no processo administrativo disciplinar, independentemente de autorização judicial.
 - (C) é vedada, em qualquer hipótese, a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.
 - (D) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar é causa de nulidade absoluta do procedimento.
 - (E) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- 10.** O edital de licitação para registro de preços, de acordo com a Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), deverá dispor sobre
- (A) as obrigações e os direitos dos órgãos ou entidades não participantes dos procedimentos iniciais da licitação.
 - (B) a exigência de amostra ou prova de conceito do bem no procedimento de pré-qualificação permanente, somente na fase de lances.
 - (C) o critério de julgamento da licitação, que poderá ser o de menor preço, o de melhor técnica e preço, o de maior retorno econômico ou o de maior desconto.
 - (D) a possibilidade de prever preços diferentes quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.
 - (E) o prazo de vigência da ata de registro de preços, que é de até 1 (um) ano e improrrogável.
- 11.** A respeito da intervenção do Estado no domínio econômico, é correto afirmar que
- (A) constitui infração à ordem econômica a fixação, pelo Município, de horário de funcionamento de estabelecimento comercial em seu território.
 - (B) é dever da administração pública proteger o mercado interno mediante edição de enunciados que impeçam a entrada de novos competidores estrangeiros.
 - (C) ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
 - (D) as agências reguladoras devem, no âmbito de suas atribuições legais, introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas.
 - (E) o poder público, mediante análise de impacto regulatório, deverá observar o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração decorrentes do exercício de atividade econômica considerada de alto risco.
- 12.** De acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira,
- (A) o processo administrativo para apuração de responsabilidade não se aplica no âmbito do Poder Legislativo.
 - (B) o processo administrativo para apuração de responsabilidade deve ser conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis.
 - (C) a celebração do acordo de leniência suspende o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e na Lei Federal nº 8.666/93.
 - (D) o cumprimento integral do acordo de leniência exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
 - (E) os efeitos do acordo de leniência alcançam as pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, independentemente de firmarem o acordo em conjunto.

13. Cabe ao Tribunal de Contas do Estado

- (A) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) julgar as contas do Governador do Estado, dos Prefeitos municipais, dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.
- (C) fiscalizar as aplicações estaduais em empresas de cujo capital social o Estado participe de forma direta ou indireta, nos termos do respectivo ato constitutivo.
- (D) apreciar a legalidade das nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como os atos de melhorias posteriores de aposentadorias, reformas e pensões.
- (E) realizar, ordinariamente, inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas organizações da sociedade civil, organizações sociais e serviços sociais autônomos.

14. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), e de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) o regime prescricional previsto na Lei de Improbidade Administrativa para o agente público aplica-se ao particular.
- (B) após a condenação por autoridade judiciária à perda da função pública, pode a autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa.
- (C) as sanções da Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se à pessoa jurídica independentemente de o ato ser também sancionado como ato lesivo à administração pública nos termos da Lei Federal nº 12.846/13.
- (D) os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador não se aplicam ao sistema de improbidade disciplinado pela Lei Federal nº 8.429/92.
- (E) não se sujeitam-se às sanções da Lei Federal nº 8.429/92 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido, mas que não integrem a administração indireta.

DIREITO CIVIL

15. Considerando o exemplo a seguir, assinale a alternativa correta de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 95/98 e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB.

LEI COMPLEMENTAR nº 606,
DE 25 DE JUNHO DE 2021

(Prefeito Municipal)

Institui o novo Código de Obras e Edificações; e revoga normas correlatas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de junho de 2021, PROMULGA a seguinte Lei:

- (A) A parte apresentada corresponde à parte normativa das leis, compreendendo a ementa, o preâmbulo, a epígrafe, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas.
- (B) Por se tratar de Lei Complementar, caso a vigência não seja indicada de forma expressa, entrará em vigor na data de sua publicação.
- (C) O texto “Institui o novo Código de Obras e Edificações; e revoga normas correlatas.” corresponde ao preâmbulo.
- (D) O texto “LEI COMPLEMENTAR nº 606, DE 25 DE JUNHO DE 2021” corresponde à epígrafe.
- (E) Por se tratar de Lei Complementar, caso venha a ser revogada, as normas correlatas que ela revoga retornarão à vigência.

16. Acerca da possibilidade de anulação da transação, assinale a alternativa correta.

- (A) A transação se anula por erro de direito a respeito das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.
- (B) É válida a transação a respeito do litígio decidido por sentença passada em julgado, ainda que dela não tinha ciência algum dos transatores.
- (C) A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.
- (D) É nula a transação que versar sobre diversos direitos contestados, independentes entre si.
- (E) A nulidade de qualquer das cláusulas da transação não interfere em sua validade.

17. José constituiu usufruto em favor de seu amigo Antônio pelo prazo de 10 (dez) anos. Durante esse período, Antônio auferiu renda proveniente deste usufruto constituído em seu favor. Findo o prazo estabelecido pelas partes, caso Antônio continue se beneficiando da renda do usufruto, é correto afirmar que estamos diante de uma hipótese de enriquecimento sem causa?

- (A) Sim, devendo a restituição dos valores auferidos após o prazo estabelecido pelas partes ser integral, inclusive com a correção monetária do valor injustamente recebido.
- (B) Sim, devendo a restituição dos valores auferidos após o prazo estabelecido pelas partes ser paga em dobro, em razão da má-fé.
- (C) Não, uma vez que não é possível a aplicação do instituto quando a causa deixou de existir, mas apenas quando não tenha havido causa que justificasse o enriquecimento.
- (D) Não, pois o enriquecimento sem causa é um ato unilateral, sendo o recebimento dos valores indevidos um ato bilateral.
- (E) Não, uma vez que a hipótese em análise configura o pagamento indevido, devendo a restituição dos valores auferidos após o prazo estabelecido pelas partes ser paga em dobro.

18. Noemi acabou de adquirir um terreno situado na Avenida da Saudade. Ao lado do seu terreno, está situada a propriedade de Vitor que possui um vasto pomar. Ocorre que as raízes e os ramos das árvores estão invadindo o terreno de Noemi, assim como diariamente caem frutos em sua piscina. Incomodada com a situação, Noemi procura um advogado para orientá-la acerca de seus direitos. O advogado deve dizer a Noemi que ela

- (A) poderá cortar, até o plano vertical divisório, apenas os ramos das árvores que estão invadindo o seu terreno, sendo certo que os frutos que caem em seu terreno são de sua propriedade.
- (B) poderá cortar, até o plano vertical divisório, tanto os ramos quanto as raízes das árvores que estão invadindo o seu terreno, sendo certo que os frutos que caem em seu terreno são de sua propriedade.
- (C) não poderá cortar nem os ramos e nem as raízes sem expressa autorização de Vitor, sendo certo que os frutos que caem em seu terreno, por serem provenientes das árvores de Vitor, a ele pertencem.
- (D) não poderá cortar nem os ramos e nem as raízes sem expressa autorização de Vitor, sendo certo que os frutos que caem em seu terreno são de propriedade dela.
- (E) poderá cortar, até o plano vertical divisório, apenas os ramos das árvores que estão invadindo o seu terreno, sendo certo que os frutos que caem em seu terreno, por serem provenientes das árvores de Vitor, a ele pertencem.

19. A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O controlador ou o operador que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais, causar a outrem dano de ordem patrimonial ou moral, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigado a repará-lo, não sendo cabível a reparação de danos de ordem coletiva.
- (B) Em regra, o operador responde subsidiariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados.
- (C) Os controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorreram danos ao titular dos dados respondem solidariamente, ainda que o dano seja decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiro.
- (D) Aquele que reparar o dano ao titular não tem direito de regresso contra os demais responsáveis, sendo o único responsável pelo evento danoso.
- (E) Responde pelos danos decorrentes da violação da segurança dos dados o controlador ou o operador que, ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas na Lei, der causa ao dano.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

20. De acordo com a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, pode-se corretamente afirmar, acerca do mandado de segurança, que

- (A) praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, cabe o mandado de segurança contra a autoridade delegante e não contra o delegatário.
- (B) a concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais se consideram tacitamente incluídos no pedido.
- (C) compete ao tribunal estadual processar e julgar o mandado de segurança contra ato de juizado especial.
- (D) cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.
- (E) decisão denegatória de mandado de segurança faz coisa julgada contra o impetrante, se decidido o mérito do ato ilegal ou abusivo, impedindo a rediscussão da mesma matéria em ação própria.

- 21.** Acerca das ações no âmbito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta.
- (A) A declaração final de inconstitucionalidade, quando proferida em sede de fiscalização normativa abstrata, importa – considerado o efeito ripristinatório que lhe é inerente – em restauração das normas estatais anteriormente revogadas pelo diploma normativo objeto do juízo de inconstitucionalidade, eis que o ato inconstitucional, por ser juridicamente inválido, não se reveste de qualquer carga de eficácia derogatória.
 - (B) O ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade está sujeito à observância de prazo de caráter decadencial, tendo em vista que o decurso do tempo convalida os atos praticados com fundamento em atos normativos inconstitucionais, em razão do postulado da segurança jurídica e estabilidade das relações sociais.
 - (C) A legitimidade do partido político para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade é aferida no momento do julgamento, razão pela qual a perda de representação parlamentar ocasiona a perda superveniente da legitimidade, devendo, no entanto, o relator, antes da extinguir o processo por ilegitimidade da parte, abrir prazo de cinco dias para que a agremiação político-partidária possa obter a filiação de parlamentar regularmente eleito.
 - (D) A entidade de classe, para ter legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade, deve possuir representação em pelo menos 6 (seis) estados da federação, bem como representar toda a categoria profissional cujos interesses pretenda tutelar.
 - (E) A revogação expressa ou tácita da norma impugnada, bem como sua alteração substancial, após o ajuizamento da ação direta de inconstitucionalidade acarreta a perda superveniente do seu objeto, salvo se existirem efeitos residuais concretos dela decorrentes.
- 22.** Acerca do denominado “novo regime de pagamentos de precatórios”, estabelecido pela Emenda Constitucional nº 114/2021, pode-se corretamente afirmar que
- (A) foram suspensos todos os pagamentos de precatórios até o final do ano de 2026, quando, então, serão retomados os pagamentos, em até 10 (dez) parcelas anuais, acrescidas de juros de 6 (seis) por cento ao ano.
 - (B) os recursos decorrentes do novo regime de pagamentos de precatórios deverão ser totalmente destinados ao programa de renda básica familiar para os brasileiros em vulnerabilidade social, vedado o repasse à seguridade social.
 - (C) é facultado ao credor de precatório que não tenha sido pago em razão do novo regime de pagamento de precatórios optar pelo recebimento, mediante acordos diretos, em até 3 (três) parcelas, com renúncia de 60% (sessenta por cento) do valor desse crédito.
 - (D) foi estabelecido um limite de valores para pagamento de precatórios, até o ano de 2026, equivalente ao valor da despesa paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, corrigido na forma indicada na Constituição Federal.
 - (E) os precatórios que não forem pagos em razão do “novo regime de pagamentos de precatórios” terão prioridade para pagamento em exercícios seguintes, observada exclusivamente a ordem cronológica, sem preferência em razão do valor.
- 23.** Acerca do incidente de descon sideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.
- (A) O incidente de descon sideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento e no cumprimento de sentença, não sendo cabível, entretanto, na execução fundada em título executivo extrajudicial.
 - (B) Dispensa-se a instauração do incidente se a descon sideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
 - (C) A instauração do incidente não suspenderá o processo, salvo se requerido na petição inicial.
 - (D) O incidente será resolvido por sentença.
 - (E) Acolhido o pedido de descon sideração, a alienação ou a oneração gratuita de bens será ineficaz em relação ao requerente, e as alienações onerosas serão anuláveis, mediante ajuizamento de ação pauliana, respeitados os direitos de terceiros de boa-fé.

24. Sobre o disposto na Lei nº 6766/1979, referente às questões acerca de temas afeitos ao Parcelamento do Solo Urbano, é correto afirmar que

- (A) considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- (B) é possível a aprovação com restrições de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada.
- (C) são retratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, mesmo não estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.
- (D) quando o contrato houver sido firmado por procurador de qualquer das partes, será obrigatório o arquivamento da procuração no registro imobiliário.
- (E) é permitido vender ou prometer vender parcela de loteamento ou desmembramento não registrado, desde que o comprador seja devidamente informado.

25. Sobre as questões relacionadas à adoção, nos exatos termos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta.

- (A) Para adoção conjunta, é dispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, bastando que seja comprovada a estabilidade da família.
- (B) O adotante há de ser, pelo menos, doze anos mais velho do que o adotando.
- (C) A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.
- (D) Em se tratando de adotando maior de dez anos de idade, será também necessário o seu consentimento para que a adoção se aperfeiçoe.
- (E) A simples guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa da realização do estágio de convivência.

26. Sobre o a Lei nº 12.651/2012, norma que traz regras sobre o meio ambiente, é correto afirmar que

- (A) a vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.
- (B) a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas não necessita ser autorizada em caso de utilidade pública.
- (C) é proibido o acesso de pessoas sem autorização dos órgãos competentes às Áreas de Preservação Permanente, mesmo que seja apenas para obtenção de água ou para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- (D) a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes, no parcelamento de imóveis rurais.
- (E) o plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas ou exóticas dependem de autorização prévia, observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 2 (dois) anos, para fins de controle de origem.

27. João da Silva é sócio-gerente da empresa ABC Ltda. dedicada à prestação de serviços. No ano de 2015, foi iniciada execução fiscal contra a empresa em razão de débitos do imposto municipal sobre serviços (ISS), tendo a empresa sido citada em fevereiro de 2015. No ano de 2016, visando dificultar a satisfação da execução, João da Silva constituiu nova sociedade com o mesmo objeto social, deixando de prestar serviços em nome da empresa ABC Ltda., encerrando todos os contratos em nome da empresa, fechando o seu único escritório, bem como liquidando todos os seus bens e transferindo o recurso resultante para os seus sócios, sem, contudo, formalizar a dissolução, liquidação e extinção da sociedade, como determina a legislação comercial. Em novembro de 2020, após anos de tentativas frustradas de proceder à penhora de bens do devedor, a Fazenda Pública solicitou o redirecionamento da execução fiscal a João da Silva, em razão da dissolução irregular da empresa ABC Ltda.

Com base nessa situação hipotética e na legislação tributária nacional, é correto afirmar que:

- (A) não é possível o redirecionamento da execução fiscal para João da Silva, pois se trata de sociedade limitada, sendo o redirecionamento possível apenas no caso de dissolução irregular de sociedades de capital.
- (B) o redirecionamento da execução é possível, pois o prazo prescricional de cinco anos será contado a partir da citação quando antes dela tiver ocorrido o ato ilícito destinado a fraudar a execução.
- (C) não é possível o redirecionamento da execução fiscal para João da Silva, pois não se pode falar em responsabilidade de sócios de sociedade limitada por dívidas da pessoa jurídica, salvo após processo ordinário de desconsideração da personalidade jurídica.
- (D) o redirecionamento da execução é possível, pois a citação positiva do sujeito passivo devedor original da obrigação tributária, por si só, não provoca o início do prazo prescricional quando o ato de dissolução irregular for a ela subsequente.
- (E) o redirecionamento da execução não será possível, apesar do período decorrido, se alegado pelo devedor ter havido ineficácia por parte da Fazenda Pública na cobrança do crédito após a dissolução irregular na sociedade.

28. A Câmara de Vereadores do Município "X" aprovou projeto apresentado por um dos seus vereadores, nos termos do regimento interno da Câmara, concedendo parcelamento das dívidas de IPTU dos proprietários de imóveis situados no Município, delegando ao Poder Executivo a definição das condições gerais do referido parcelamento, tais como prazo de duração da medida, indicação do número de prestações, vencimentos, e eventuais garantias a serem apresentadas pelos devedores interessados. É correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência tributárias a respeito da situação hipotética descrita, que

- (A) a lei é inconstitucional, pois a remessa ao ato infralegal não pode resultar em desapoderamento do legislador no trato de elementos essenciais da obrigação tributária, sendo essencial que a lei em sentido estrito, além de prescrever o tributo a que se aplica o parcelamento, também defina as suas condições gerais.
- (B) a lei é inconstitucional, pois ofende a Constituição Federal lei oriunda de projeto elaborado na Câmara de Vereadores que trate sobre matéria tributária, uma vez que a iniciativa legislativa para esse tipo de legislação está circunscrita ao chefe do Poder Executivo Municipal.
- (C) a lei é constitucional e não apresenta ilegalidade, na medida em que não se trata de hipótese de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo municipal para início do processo legislativo e a legislação tributária federal exige autorização legal para o parcelamento de dívidas tributárias.
- (D) a lei municipal deverá ser considerada ineficaz na medida em que a Lei Complementar nº 101/2000 exige para a concessão de parcelamento tributário a prévia estimativa de renúncia de receitas resultante da lei pelo prazo de dois anos, o que apenas pode ser feito pelo Poder Executivo.
- (E) diante do silêncio da lei aprovada sobre o tema, o Poder Executivo municipal poderá, em regulamento, estabelecer, como condição para a adesão ao parcelamento, a não suspensão da exigibilidade dos créditos tributários nele incluídos para fins de emissão de certidão de débitos fiscais positiva com efeitos de negativa.

29. No estado da Federação “Y”, o prazo do recolhimento de determinado tributo, estabelecido originalmente em decreto, foi alterado mediante novo decreto do Governador na sequência de um problema pontual nos sistemas informatizados do estado que impediu a emissão de notas fiscais pelos contribuintes do tributo pelo período de cerca de 10 dias. A mudança foi realizada antes do término do prazo ordinário de vencimento do tributo e o seu objetivo foi o de minimizar os transtornos aos contribuintes afetados pela falha técnica. A respeito da situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência tributárias, que

- (A) a mudança no prazo de recolhimento do tributo não afastará os juros e multa moratórios, uma vez que para a aprovação de remissão tributária se faz necessária a aprovação de lei em sentido estrito.
- (B) a modificação do prazo de recolhimento do tributo, por afetar o aspecto temporal da obrigação tributária é causa para incidência das regras constitucionais relativas à anterioridade anual e nonagesimal, conforme o tributo.
- (C) a norma que altera o prazo de recolhimento de obrigação tributária não precisa ser veiculada mediante lei em sentido estrito e não se sujeita ao princípio da anterioridade.
- (D) o decreto em questão é meramente declaratório, na medida em que o Fisco não poderia exigir dos contribuintes o pagamento dos créditos tributários na data usual de vencimento, após falha nos seus sistemas informatizados.
- (E) a postergação do prazo de pagamento de tributo não vencido por ato do Governador, no caso, seria ilegal, pois se trataria de aprovação de moratória tributária, sem prévia aprovação legislativa.

30. Com base na legislação financeira nacional, é correto afirmar sobre o tratamento dispensado aos precatórios judiciais:

- (A) são tratados como despesas de capital, independentemente da natureza da controvérsia judicial que tenha provocado a geração do precatório.
- (B) têm a mesma força executória das chamadas “despesas de exercícios anteriores – DEA”.
- (C) são considerados como dívida pública para todos os fins jurídicos, inclusive em relação à possibilidade de apresentação de emendas parlamentares ao projeto de lei orçamentária visando a redução do montante proposto para seu pagamento.
- (D) é permitido o seu pagamento mediante sistema de leilão reverso junto aos credores, desde que respeitado o deságio máximo equivalente a 60% do valor de face atualizado do precatório.
- (E) os precatórios não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites ao endividamento público.

31. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao empregado contratado sob regime de tempo parcial é vedado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário.
- (B) As horas suplementares da jornada de trabalho normal poderão ser compensadas diretamente até a semana imediatamente posterior à da sua execução, devendo ser feita a sua quitação na folha de pagamento do mês subsequente, caso não sejam compensadas.
- (C) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente a duas, desde que por convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, sendo vedado por acordo individual.
- (D) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual tácito para a compensação no período máximo de seis meses.
- (E) A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

32. Sobre as férias, assinale a alternativa correta, nos termos da CLT.

- (A) O empregado estudante, maior de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
- (B) As férias coletivas poderão ser gozadas em 3 (três) períodos anuais desde que um deles não seja inferior a 14 (catorze) dias corridos.
- (C) As férias individuais poderão ser usufruídas em até dois períodos, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias.
- (D) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.
- (E) As férias coletivas deverão ser gozadas em único período anual, por prazo não inferior a 20 (vinte) dias consecutivos.

33. De acordo com previsão expressa na CLT, o exercício do trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional que se classificam nos graus máximo, médio e mínimo, que respectivamente são de:

- (A) 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região.
- (B) 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 15% (quinze por cento) do salário-mínimo da região.
- (C) 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) da remuneração do empregado.
- (D) 50% (cinquenta por cento), 30% (trinta por cento) e 15% (quinze por cento) do salário-mínimo federal.
- (E) 30% (trinta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da categoria profissional.

34. Sobre o recurso adesivo na justiça do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) O recurso adesivo não é compatível com o processo do trabalho.
- (B) Para que seja cabível, é necessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.
- (C) O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho, no qual caberá, no prazo de 15 dias.
- (D) Não caberá na hipótese de interposição de recurso de revista.
- (E) É cabível nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos.

35. Nos termos da CLT, assinale a alternativa correta sobre execução do processo do trabalho.

- (A) A execução será promovida pelas partes, não sendo permitida a execução de ofício ainda que as partes não estejam representadas por advogado.
- (B) A Justiça do Trabalho executará, de ofício, as contribuições sociais e seus acréscimos legais, relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e dos acordos que homologar.
- (C) A liquidação da sentença não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas.
- (D) Elaborada a conta pela parte ou pelos órgãos auxiliares da Justiça do Trabalho, o juiz procederá à intimação da União para manifestação, no prazo de 8 (oito) dias, sob pena de preclusão.
- (E) Na liquidação, poderá modificar, mas não inovar a sentença liquidanda.

36. Assinale a alternativa que trata corretamente do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme previsão na CLT.

- (A) A instauração do incidente interrompe o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar.
- (B) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar caberá agravo de instrumento se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- (C) Na fase de cognição, não caberá recurso de imediato da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente.
- (D) Somente com a garantia do juízo caberá agravo de petição na fase de execução.
- (E) Não poderá ser concedida tutela de urgência de natureza cautelar, se a instauração do incidente suspender o processo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

37. Dentre os princípios a serem obedecidos pela Seguridade Social expressos na Lei nº 8.212/91, consta(m):

- (A) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
- (B) elegibilidade, de acordo com as circunstâncias locais, e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (C) uniformidade e equivalência na prestação de benefícios e serviços de assistência social e saúde.
- (D) solidariedade e equivalência na forma de participação no custeio da assistência social, saúde e previdência social.
- (E) uniformidade e equivalência da base de financiamento da Seguridade Social.

38. A Lei nº 8.212/91 trata do financiamento da Seguridade Social e, ao considerar outras receitas,

- (A) excepciona as provenientes de prestação de outros serviços e de fornecimento ou arrendamento de bens.
- (B) afasta as doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.
- (C) inclui a remuneração recebida por serviços de arrecadação, fiscalização e cobrança prestados a terceiros.
- (D) restringe a 30% (trinta por cento) do resultado dos leilões dos bens apreendidos pelo Departamento da Receita Federal.
- (E) afasta as multas, a atualização monetária e os juros moratórios.

39. Sobre a evolução histórica da Previdência Social no Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) O marco inicial foi o Decreto-Lei nº 4.682, de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, que originou o regime privado e obrigatório, de caráter mutualista.
 - (B) O Estado estabeleceu políticas públicas previdenciárias a partir do Decreto-Lei nº 4.682, de 1923, conhecido como Lei Eloy Chaves, contemplando um sistema securitário obrigatório, segmentado por categoria profissional.
 - (C) Em 1945, foi aprovada a Lei Orgânica da Previdência Social, que reduziu as disparidades entre as diversas categorias profissionais, uniformizando seus planos de benefícios e contribuição, de modo que a geração de contribuintes passou a financiar a geração dos beneficiários.
 - (D) Com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, introduziram-se novos conceitos à previdência, ampliando os benefícios concedidos, incluindo grupos de trabalhadores que, até então, não estavam assistidos pelo sistema, universalizando a cobertura e transferindo ao Estado a responsabilidade pelo gerenciamento da previdência.
 - (E) O regime adotado pelo sistema previdenciário brasileiro, desde 1977 até os dias atuais, foi o de repartição simples, em que a geração de contribuintes financia a geração dos beneficiários.
40. O Regime Geral de Previdência Social – RGPS vincula
- (A) a maioria dos trabalhadores do setor privado e os servidores públicos regidos pela CLT, e adota o regime de repartição simples, no qual os trabalhadores ativos suportam os benefícios já concedidos aos aposentados e pensionistas.
 - (B) a maioria dos trabalhadores do setor privado, mas não vincula servidores públicos, mesmos que regidos pela CLT, e adota o regime de repartição simples, no qual os trabalhadores ativos suportam os benefícios já concedidos aos aposentados e pensionistas.
 - (C) obrigatoriamente todos os trabalhadores do setor privado e os servidores públicos regidos pela CLT, e adota o regime de repartição simples, no qual os trabalhadores ativos suportam os benefícios já concedidos aos aposentados e pensionistas.
 - (D) necessariamente todos os trabalhadores do setor privado e os servidores públicos, desde que regidos pela CLT, e adota o regime de repartição composta, no qual os trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas suportam os benefícios já concedidos.
 - (E) apenas os trabalhadores do setor privado e adota o regime de repartição composta, no qual os trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas suportam os benefícios já concedidos.
41. Quanto ao regime de previdência dos funcionários públicos, é correto indicar a seguinte alteração decorrente da Reforma da Previdência promovida pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019:
- (A) Os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS passam a amparar todos os servidores públicos titulares de cargos efetivos das Câmaras municipais e devem adotar o regime de capitalização em que cada segurado contribui para o seu próprio benefício futuro, facultando desta forma uma correspondência entre o custeio e o benefício de cada segurado.
 - (B) Recomendou aos Municípios a instituição de regimes próprios de previdência de caráter contributivo e solidário para assegurar os benefícios previdenciários aos servidores públicos titulares de cargos efetivos.
 - (C) Correrão à conta do regime próprio de previdência social as aposentadorias, a pensão por morte, os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade.
 - (D) Dispôs sobre a obrigatoriedade da instituição do regime de previdência complementar no prazo máximo de 2 (dois) anos da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional e vedou a instituição de novos regimes próprios de previdência social.
 - (E) Eliminou dos Regimes Próprios de Previdência a aplicação do caráter contributivo e solidário, desonerando o erário do custeio de benefícios previdenciários, prejudicando políticas de interesse dos funcionários públicos e perdas de direitos.
42. A Lei nº 8.212/91 ao tratar da modernização da previdência social prevê a existência de programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios, a fim de apurar irregularidades ou erros materiais. Na hipótese de haver indícios de irregularidade ou erros materiais na concessão, na manutenção ou na revisão do benefício, haverá notificação do beneficiário,
- (A) preferencialmente por rede bancária ou por meio eletrônico.
 - (B) necessariamente por via postal, considerado o endereço constante do cadastro do benefício.
 - (C) sempre pessoalmente.
 - (D) vedada a notificação por edital.
 - (E) preferencialmente pelo representante legal ou procurador para o beneficiário maior de 80 (oitenta) anos de idade.

DIREITO AMBIENTAL

43. No tema da proteção constitucional ao meio ambiente equilibrado, pode-se afirmar corretamente que:
- (A) a Constituição Federal impõe um dever geral e exclusivo ao Poder Público de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
 - (B) cabe ao Poder Público promover a educação ambiental a partir do ensino fundamental e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
 - (C) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
 - (D) legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente é de competência exclusiva da União.
 - (E) as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, coincidentes com a obrigação de reparar os danos causados.

44. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Política Estadual de São Paulo de Resíduos Sólidos definem como um de seus princípios a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública.

A respeito dessas Políticas, é correto afirmar:

- (A) segundo a Política Estadual, a gestão dos resíduos sólidos urbanos será feita pelos Municípios, de forma, preferencialmente, separada e local, com a cooperação do Estado e participação dos organismos da sociedade civil, tendo em vista a máxima eficiência e a adequada proteção ambiental e à saúde pública.
- (B) os resíduos sólidos gerados no Estado de São Paulo somente poderão ser enviados para outros Estados da Federação mediante prévia aprovação do órgão ambiental Federal.
- (C) na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, redução e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (D) a União elaborará, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com vigência de 10 (dez) anos, a ser atualizado a cada 2 (dois) anos.
- (E) os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa.

45. Acerca das bacias hidrográficas, concebidas como unidade territorial de implementação das políticas de recursos hídricos, afirma-se, corretamente, que

- (A) a sua divisão deve observar o território de um Município.
- (B) ao instituir comitês de bacias hidrográficas com funções deliberativas nesses espaços geográficos, a Lei disciplina instância de decisões que corresponde às esferas tradicionais do Poder Público.
- (C) as decisões relativas ao planejamento de recursos hídricos, a partir da edição das políticas públicas sobre águas, são de incumbência dos Poderes Públicos federal e municipal, sem atribuições a órgãos colegiados.
- (D) ela introduziu um novo modelo de gestão das águas, em que, ao lado do Poder Público, todos mantêm compromissos recíprocos com o usuário desse recurso, aprofundando a ideia de recurso hídrico compartilhado.
- (E) tendo em vista que os recursos hídricos são escassos e suscetíveis à degradação, a gestão respectiva nas bacias não admite soluções negociadas.

DIREITO ELEITORAL

46. Assinale a alternativa correta.

- (A) O requerimento do registro de partido político, dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito pelos seus fundadores, em número não inferior a cem, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um quinto dos Estados.
- (B) Os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, três eleições consecutivas.
- (C) O partido deverá comunicar à Justiça Eleitoral a constituição de seus órgãos de direção, bem como as alterações que forem promovidas, para anotação no Tribunal Superior Eleitoral, dos integrantes dos órgãos de âmbito nacional; nos Tribunais Regionais Eleitorais, dos integrantes dos órgãos de âmbito estadual e na Zona Eleitoral responsável pelo registro, dos integrantes dos órgãos de âmbito municipal.
- (D) A prova de filiação partidária daquele cujo nome não constou da lista de filiados no sistema eletrônico da Justiça Eleitoral, com a data de filiação, o número do título eleitoral e a seção em que está escrito, pode ser realizada por outros elementos de convicção, salvo quando se tratar de documentos produzidos unilateralmente, destituídos de fé pública.
- (E) Uma das consequências da desaprovação de contas do partido, pela Justiça Eleitoral, é a inscrição dos dirigentes partidários no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin).

47. Com relação à conduta vedada aos agentes públicos em período eleitoral e na circunscrição em que ocorre o pleito, é correto afirmar que

- (A) poderá o agente público ceder, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, para a realização de convenção partidária.
- (B) não poderá o agente público nomear ou exonerar servidor de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança no ano eleitoral.
- (C) não poderá o agente público fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do fechamento do cadastro eleitoral até a diplomação dos eleitos.
- (D) iniciado o período eleitoral, poderá o agente público, excepcionalmente, fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, quando se tratar de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo, dando ciência ao Ministério Público eleitoral.
- (E) não poderá o agente público, em ano eleitoral, realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

48. Assinale a alternativa correta quanto à elegibilidade e/ou inelegibilidade.

- (A) O prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia do ato ilegal reconhecido como tal e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte.
- (B) Considera-se elegíveis, no município desmembrado, mas ainda não instalado, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do prefeito do município-mãe, ou de quem o tenha substituído, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, ainda que já titulares de mandato eletivo.
- (C) A suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa com a reabilitação ou com a prova de reparação dos danos.
- (D) O encerramento do prazo de inelegibilidade antes da diplomação constitui fato superveniente que afasta a inelegibilidade.
- (E) O exercício de mandato eletivo não é circunstância capaz, por si só, de comprovar a condição de alfabetizado do candidato.

49. Normas gerais relativas à política urbana e ao seu planejamento urbano são um dos conteúdos básicos de qualquer Lei Orgânica Municipal. A esse respeito é correto afirmar, com base na Lei Orgânica do Município de Jundiá, que

- (A) o Plano Diretor será revisto a cada 15 (quinze) anos, em suas metas ou diretrizes.
- (B) o parcelamento do solo, para fins de urbanização, mediante loteamentos ou condomínios em áreas urbanas ou rurais, não poderá adotar a forma fechada.
- (C) o exercício do direito de propriedade atenderá a sua função social quando condicionado às funções sociais da cidade.
- (D) o direito de propriedade territorial urbana pressupõe o direito de construir.
- (E) as terras particulares não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos humanos de população de baixa renda.

50. Com relação à acumulação remunerada de cargos públicos, é correto afirmar, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Jundiá, que

- (A) é vedada, ainda que haja compatibilidade de horários, excetuada apenas a acumulação de dois cargos de professor.
- (B) a proibição de acumular estende-se a empregos ou funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias.
- (C) o servidor poderá exercer mais de uma função de confiança.
- (D) verificada, em processo administrativo, a acumulação proibida, o servidor será demitido de ambos os cargos a bem do serviço público.
- (E) é permitida em regra a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, inclusive quando referentes a cargos inacumuláveis na atividade.

